

# Comportamentalismo: parte do problema ou parte da solução?

JAMES G. HOLLAND

University of Pittsburgh

*Durante as lutas dos anos sessenta, Eldridge Cleaver declarou: «Quem não faz parte da solução, faz parte do problema.» E agora já é altura de nós colocarmos a questão: «O comportalismo faz parte da solução ou do problema?» Há muita gente com respostas já prontas para esta questão; muitos que se opõem àquilo que vêem como um sistema político opressivo e que vêem um controlo estratificado nas mãos dos líderes das corporações. Para estas pessoas o Comportamentalismo é, frequentemente, visto como sendo o problema e o comportamentalista como ainda mais outro instrumento na sua manipulação e na sua exploração. Mas a acusação surge a partir de uma perspectiva demasiado limitada daquilo que é o Comportamentalismo. Irei sugerir-vos que a análise do comportamento nos fornece o meio para analisar as estruturas, o sistema, as formas de controlo social*

*contra os quais estes mesmos críticos se estão a revoltar. Irei sugerir-vos que a perspectiva que o reformador social tem da humanidade é apoiada, é não rejeitada, pela análise do comportamento. É verdade que os analistas do comportamento práticos têm sido contratados, em números cada vez maiores, para trabalhar ao serviço daqueles que detêm o poder e que embora a ciência, o Comportamentalismo, esteja pronta para fazer parte da solução, o comportamentalista prático tem feito parte, com demasiada frequência, do problema. Mas amanhã, se nos mantivermos coerentes com a nossa ciência, podemos fazer parte da solução, pois a nossa ciência da análise do comportamento está fundamentada numa perspectiva da humanidade que é compatível com a reforma social.*

\* Sem dúvida o artigo que ora vos apresentamos levanta aspectos polémicos e pode ser gerador de controvérsias. Nesse sentido e com o objectivo de situar o leitor não poderíamos deixar de apresentar o contexto em que se verificou a sua primeira publicação. O editor fez acompanhar o artigo de James G. Holland com uma sua nota, facto pouco habitual em relação a outros artigos, em que desvincula a orientação da revista em relação à opinião do autor. Mais ainda, a publicação do artigo aguardou o aparecimento de três críticas de membros do *Board of Editors* da revista (N. Azrin, J. S. Brinbrauer e Israel Goldiamond) e ainda a resposta do autor a essas críticas.

Em virtude de não ser possível a inserção dessas críticas, pode o leitor, interessado em aprofundar as questões levantadas por este artigo, entrar em contacto com os organizadores deste número caso não consiga obter a edição original. Este artigo foi publicado em 1978 no *Journal of Behavior Analysis*, 11,1, 163-174, University of Kansas. Department of Psychology Lawrence, Kansas, U.S.A.

## OS SISTEMAS DA MODIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO E AS ESTRUTURAS DO PODER ESTABELECIDAS

*Os argumentos contra os actuais sistemas de modificação do comportamento são já hoje, com certeza, bem conhecidos. Num artigo anterior (Holland, 1975) sugeri que os receios acerca da existência de uma sociedade controlada através das técnicas comportamentais poderiam ser avaliados examinando as sociedades planeadas, em miniatura, que actualmente existem nomeadamente os sistemas de reforço de tokens que se encontram nas prisões, nos hospitais psiquiátricos, nas escolas, no exército, na indústria. Quando as perspectivas de uma sociedade comportamental planeada são assim avaliadas, as predições do lutar pelos direitos cívicos e do reformista social são*

amplamente confirmadas. O receio de «quem é que controla o controlador» exprime o desejo de controlo manipulativo ou de exploração onde os elementos de um estrato social (os controladores) definem os objetivos e as contingências, e distribuem os reforços aos elementos do estrato mais baixo e subjugado (os controlados). Concluí o meu artigo anterior da seguinte forma:

«Os guardas reforçam os presos; as enfermeiras reforçam os doentes e os professores reforçam os alunos. O receio do controlo manipulador é bem fundamentado quando não existe uma relação profissional-cliente. Os que estão subjugados a estes sistemas de controlo do comportamento não são clientes. Os modificadores do comportamento nas prisões são, fundamental e inevitavelmente, responsáveis perante os directores da prisão e não perante os presos; na sala de aula, são responsáveis perante o director ou comissões de gestão e não perante o aluno. De uma maneira simples, os actuais sistemas de token apoiam as estruturas de poder existentes.» (Holland, 1975, p. 90.)

Aqueles que detêm a autoridade, que contratam os analistas do comportamento, e os próprios analistas, podem considerar benéfico o controlo que exercem. Certamente que os detentores do poder assim o pensam. Mas o que é surpreendente acerca do papel dos modificadores do comportamento é a frequência com que estes aceitam as características internas, vistas pelos seus patrões, como sendo as causas do comportamento a ser corrigido. William Ryan refere-se a isto como à «culpabilização da vítima» (Ryan, 1971). Aqueles cujo comportamento vai ser modificado são chamados «sociopatas» ou trabalhadores «não-motivados», ou «delinquentes», ou se forem muito novos «predelinquentes» ou alunos «hiperactivos». O modificador do comportamento actua, então, formulando contingências de reforço especiais em ambientes institucionais especiais. E exige-se então, daqueles cujo comportamento é assim modificado, que continuem a manter este novo comportamento não obstante as condições que prevalecem fora do ambiente institucional. Contudo, a nossa ciência base, a Análise Experimental do Comportamento diz-nos que o comportamento se adapta às contingências — qualquer contingência — e não somente àquelas organizadas pelo psicólogo. O comportamento que incomoda o padrão do analista do comportamento é ele próprio resultado de dadas contingências. Para se operarem alterações reais e duradouras são estas contingências que devem ser alteradas. As alterações duradouras do comportamento requerem a modificação das contingências que produzem e mantêm o comportamento inicial.

Dentro deste contexto gostaria de considerar, brevemente, três vítimas: o alcoólico, o criminoso e o analista do comportamento, e discutir como é que os comportamentalistas têm contribuído para os problemas destes, enquanto o comportamentalismo aponta para uma solução.

## O ALCOÓLICO

Primeiro o bêbado — frequentemente o alvo da terapia do comportamento — certamente um infeliz a precisar de ajuda. Para o alcoólico encarcerado ou hospitalizado a terapia aversiva é vulgar (Miller e Barlow, 1973). Nos processos de condicionamento clássico, os vários estímulos associados com o beber, tais como o sabor das bebidas alcoólicas, os estímulos visuais e até o «imaginar» beber, são emparelhados com um estímulo fortemente aversivo, tal como o choque eléctrico ou a náusea induzida por uma droga. Espera-se que este processo de condicionamento conduza os vários estímulos que acompanham o beber a estabelecerem-se como estímulos aversivos condicionados. Os defensores da terapia aversiva baseiam a sua confiança nas suas técnicas na sua compreensão das descobertas no laboratório. Contudo os factos da aprendizagem discriminativa são negligenciados. O lar, o bar, ou as ruas onde o beber problemático ocorre são facilmente discriminados das condições artificiais da clínica, ou mesmo dos bares simulados usados para promover a transferência da aprendizagem. As diferenças entre estes ambientes artificiais e as situações reais são ainda muito maiores do que aquelas encontradas nos estudos laboratoriais da aprendizagem discriminativa onde as respostas estão, regularmente, sob o controlo dos estímulos. O comportamento é adaptativo. Ajusta-se às contingências de reforço ou de punição. Estranhamente, é muito frequente o terapeuta do comportamento não tomar isto em consideração. O terapeuta tenta uma adaptação técnica para os defeitos especiais do bêbado, aplicando-lhe estímulos aversivos dentro da clínica, mas fora da clínica prevalecem todas as condições que mantêm inicialmente o comportamento e este adapta-se a essas condições. Uma das adaptações é o próprio beber. E portanto o problema, tal como definido pelo padrão do modificador do comportamento, volta assim com o recidivismo ou a ausência de transferência.

Talvez que, dada a maneira como o problema é definido, os aspectos punitivos da técnica possam até contribuir para o seu uso. Embora o terapeuta possa ser bem intencionado, a sociedade que vê o alcoólico «crónico» como merecedor de desdém e retribuição, talvez encoraje semelhante tratamento abusivo. É interessante que a terapia aversiva seja usada quase ex-

clusivamente no caso de comportamentos que, num contexto não terapêutico, são alvo de sanções e retaliações severas. Muitos perdoam, ou exigem, a punição do homossexual, do pedófilo, da pessoa violenta, do drogado, e do bêbado. Estas vítimas são alvos de desdém e de retribuição; são também os alvos da terapia aversiva. Ao mesmo tempo, a terapia aversiva está praticamente ausente no tratamento de um certo número de problemas que, regra geral, não repugnam os outros. O fóbico não recebe choques eléctricos quando mostra medo; nem a pessoa com défice de auto-afirmação quando manifesta passividade, o que já não acontece no caso do preso demasiado afirmativo e agressivo. O homossexual pode receber choques eléctricos quando tem uma erecção ao ser-lhe mostrada uma fotografia, mas o doente impotente não recebe choques eléctricos, como forma de terapia, por não conseguir uma erecção em circunstâncias semelhantes. Se a terapia aversiva tem alguma eficácia, porque é então reservada para os actos vistos como imorais? Será que há um elemento de retaliação social na sua utilização?

Assumo que os terapeutas são motivados por interesses humanitários ao ajudarem os doentes. Mas os problemas do indivíduo foram definidos por outras pessoas de tal forma que os meios aversivos de alterar o comportamento são justificados. Isto pode ser ilustrado por um estudo de Gallant (1970), que avaliou um programa de tratamento obrigatório para o alcoólico de «porta giratória» que é aquele que é regularmente preso por embriaguez (pelo menos é assim em Nova Orleans, onde o estudo foi realizado). Mais de 52% dos 210 doentes no estudo tinham sido presos mais de 50 vezes e tinham uma média de 14 prisões no ano da sua participação forçada no estudo. Um juiz condenou estas pessoas ou a irem um período de 90 dias para a prisão, ou a «oferecerem-se» para participar na experiência de Gallant. O Dissulfiram (Antabuse) foi usado como um componente da terapia. O Antabuse é uma droga que produz náuseas severas quando o álcool é ingerido. Portanto, é uma forma de terapia aversiva. O leitor pode ajuizar se o desdém do terapeuta por este tipo de alcoólico poderia ter ou não facilitado a sua decisão para utilizar um processo martirizante. Para apoiar a participação forçada, Gallant diz destes doentes:

«Decidiu-se fazer o actual projecto de tratamento obrigatório, cujo objectivo é o de dar ao alcoólico «algo que perdeu» se regressar aos seus hábitos antigos. Ter «algo que perdeu» é essencial para o doente alcoólico, apático, deprimido, desconfiado e dependente, e ainda com uma grave ausência de ansiedade ou preocupação.» (Gallant, 1970, p. 734.)

O problema dos alcoólicos é definido como o de beber e assume-se que sujeitando-os a algum condicionamento aversivo temporário poderá «curar» os seus hábitos de beber.

Contudo, a descrição que Gallant faz das características demográficas da população de doentes poderia sugerir algumas outras definições do problema. Dos 210 doentes, apenas quatro viviam com a mulher, 24 com familiares, e três com amigos. A maioria viviam sozinhos e mais de metade não tinha residência permanente. Eram pobres, desempregados e os exames médicos revelaram uma série de problemas físicos graves. De um modo geral, os doentes pareciam infelizes e solitários e com inúmeros problemas. Mas o terapeuta vê o álcool como sendo o problema e trata-o directamente. Até mesmo quando se reconhece que a polícia está a importunar o doente, a preocupação é com os problemas que isto traz aos dados da avaliação, e não com os problemas que isto traz ao alcoólico. Segundo Gallant:

«Não era raro alguns destes alcoólicos serem presos, mesmo sem estarem a provocar distúrbios. Os polícias tinham conhecimento da sua história e pouco hesitavam em prender a pessoa se esta parecesse intoxicada. Este ciclo doentio tinha de ser quebrado, caso contrário, dois dos critérios importantes da eficácia, os quais são as proporções de prisões e de condenações, dar-nos-iam resultados confusos e pouco seguros.» (Gallant, 1970, p. 737.)

Assim foram dados aos sujeitos, na experiência, cartões que estes podiam mostrar ao polícia que os tentava prender. Os polícias receberam ordens para não prenderem o indivíduo com cartão «a não ser que, evidentemente, este tivesse cometido uma acção ilegal».

Se a própria teoria, na qual a terapia do comportamento se baseia, está correcta, então a solução de um problema comportamental não pode estar nas contingências, especialmente programadas, do ambiente especial da clínica. As contingências do ambiente natural têm de ser modificadas para o problema ser corrigido. A miséria e solidão abjectas dos alcoólicos «crónicos» de Gallant poderiam dar uma base operante sólida para a bebida como meio de fugir para o esquecimento. O facto do efeito a longo prazo aumentar a pobreza e a solidão torna simplesmente a moderação mais difícil, aprofundando os problemas e estabelecendo um círculo vicioso. A fuga a curto prazo leva a detestáveis efeitos a longo prazo, o que por sua vez leva a outra fuga a curto prazo, enquanto o ciclo continua.

O próprio registo de detenções, que tanto preocupa Gallant, levanta questões sobre a natureza destas contingências de reforço. Quando o comportamento ocorre numa frequência alta, é provável que

esse comportamento esteja a ser reforçado. Gallant falha em reconhecer o significado de uma anedota que conta, e que mostra o funcionamento das contingências naturais na manutenção do alcoolismo. Um dos seus alcoólicos «crónicos» chamou a polícia para dizer que havia um bêbado inconsciente ao pé da cabine telefónica. Depois de desligar o telefone, este alcoólico saiu da cabine e deitou-se ali ao pé esperando a sua própria detenção. Para os pobres, os solitários, os sem lar, a prisão talvez tenha muitos reforços importantes. Usando a linguagem técnica do psicólogo que trabalha com animais, talvez a prisão seja a «caixa objectivo» do alcoólico.

Outros analistas do comportamento têm mostrado que o beber é susceptível de ser modificado usando processos de reforço directo. Coben, Liebson e Failace (1970), usaram um sistema de reforço token para manipularem a frequência da ingerência de álcool, de alcoólicos hospitalizados, e demonstraram assim a natureza operante do beber. É, como mostraram, regido pelas suas próprias consequências. Bastante adequadamente, sugerem que os problemas de bebida, vistos pelos profissionais, são um resultado das contingências existentes no ambiente da pessoa que bebe. Acentuam especialmente o papel do profissional, que na realidade está a proporcionar contingências que podem manter o beber — nas suas próprias palavras:

«Alguns dos reforços que poderão ser relevantes para o alcoolismo, no mundo exterior, incluem os hospitais e o cuidado dos médicos, a assistência social, e os programas de reabilitação. Estes frequentemente proporcionam reforços poderosos para o alcoólico, tais como dinheiro, atenção, drogas, cuidados médicos e psiquiátricos, orientação e aconselhamento. Estes serviços ... são frequentemente dados durante ou depois do beber excessivo. Embora estes reforços possam não ter iniciado o beber excessivo, contribuem substancialmente para a sua manutenção. Talvez alguns destes reforços pudessem ser dados sistematicamente e dependentes da moderação.» (Coben et al, 1970, pp. 764-765.)

Gallante não encontrou qualquer vantagem no seu programa obrigatório de terapia aversiva. Espero que deixe de usar estes processos coercivos e espero que tenha aprendido que os processos clínicos especiais não podem resolver os problemas comportamentais que são mantidos pelas condições do ambiente natural. O alcoolismo não é como a apendicite, onde a remoção de um órgão que funciona mal é a cura. Melhor, o alcoolismo é um comportamento adaptativo. Para substituir o seu programa, talvez Gallant pudesse tentar arranjar um centro comunitário espe-

cial com uma cozinha gratuita, uma televisão, jogos e mobiliário disposto para as pessoas se sentarem e conversarem. Então, os seus ex-doentes deveriam ter entrada contingente na sua não intoxicação.

É o que dizer das contingências ambientais comuns que estabelecem e mantêm o beber? Parece-nos óbvio que o sabor e os efeitos farmacológicos imediatos são reforçantes. Parece-nos também que os sintomas de abstinência do alcoólico são importantes na manutenção do beber. Mas na nossa sociedade, o beber tem um papel social tão proeminente que o reforço contingente nesta actividade está bastante espalhado. Para fazermos contactos sociais numa atmosfera ligeira e amistosa, damos um cocktail. Quando é necessário discutir um problema difícil, de um modo menos ameaçador ou mais descontraido, combinamos ir tomar uma cerveja e conversar. A camaradagem que se encontra no bar vizinho, ao fim do dia de trabalho, está cheia de contactos sociais reforçantes acompanhados de uma bebida. Um rapaz aproxima-se de uma rapariga oferecendo-lhe uma bebida. Na realidade, o caminho para a cama pode incluir aperitivos, vinho com o jantar, e bebidas depois do jantar. Aquele que não bebe perde muitos destes reforços; na verdade o homem de negócios que não bebe, que dispensa o aperitivo do meio-dia e os cocktails oficiais, pode ocupacionalmente estar em desvantagem. Em todos estes casos, o álcool actua como um  $S^D$  para o reforço de comportamento social que de outro modo seria considerado pelos outros como frívolo, inapropriado, sentimental, ou até punível.

Além do mais, o beber recebe um grande ímpeto de uma grande indústria. «O custo de respostas» é minimizado pela venda de artigos em bares e estabelecimentos amplos e bem situados. Esta indústria gasta 200 milhões de dólares por ano, fazendo publicidade a homens duros e másculos que «só lá vão uma vez» para «apanhar com toda a força» tudo aquilo que conseguem de uma cerveja.

Um esforço sério, para resolver os problemas sociais inerentes na bebida, não se faz focando a chamada «personalidade deficiente» do bêbado desagradável. Não será resolvido culpabilizando a vítima. Exige, como todo o comportamentalista devia saber, uma mudança das contingências ambientais que constituem o dia-a-dia e os hábitos culturais. Semelhante mudança não é provável no funcionamento normal do enorme sindicato corporativo que são os Estados Unidos da América. Conseguem imaginar as consequências de uma redução súbita de 50% no consumo do álcool? Tivemos um ligeiro sabor de um problema comparável quando o embargo árabe sobre o petróleo nos obrigou a resolver os muitos problemas que temos associados à utilização em excesso do automó-

vel. Mas a normalidade prevaleceu, pois foram desenvolvidas técnicas para manter os lucros altos quaisquer que fossem os custos sociais.

esta perspectiva. As prisões são chamadas instituições «correcionais», os guardas são chamados «oficiais da correcção» e o «buraco» ou isolamento é chamado a «unidade de adaptação comportamental». Quando o analista do comportamento é contratado este aceita a maneira como o sistema define o problema e assim montam economias simbólicas (token economies), e programas de terapia do comportamento para «corrigir» o indivíduo, embora o conhecimento que o comportamentalista tem dos princípios do controlo do comportamento o devesses, por obrigação, levar a procurar as variáveis controladoras no mundo do criminoso. Não será, portanto, muito surpreendente que uma investigação compreensiva de catamneses de investigações sobre programas de reabilitação prisional (incluindo alguns comportamentalistas), não encontrasse qualquer prova que desse credibilidade à eficácia destes para reduzirem o recidivismo (Martinson, 1974).

Já é, portanto, altura de o comportamentalista deixar de brincar com aquilo que ele ou ela sabe serem as causas mentais fictícias e de procurar as contingências que produzem o comportamento «criminoso». Isto é uma tarefa muito grande, mas gostaria de sugerir algumas possíveis interligações na esperança de que essa análise comece a ser feita. Primeiro, é necessário reconhecer a amplitude e a variedade do problema chamado crime. Embora um subconjunto especial — a classe trabalhadora — esteja desproporcionalmente representada na população prisional, estudos de auto-relatórios anónimos (Doleschal e Klapmuts, 1973) mostram que mais de 90% da população adulta masculina cometeu actos criminosos.

Como comportamentalistas, poderíamos supor correctamente, que tanto o comportamento legal, como o ilegal, são controlados de um modo semelhante. A maioria dos crimes é realizada com o objectivo de conseguir um ganho económico e portanto o reforço directo está na sua base. Por exemplo, segundo o «Uniform Crime Reports», do F.B.I., de 1970, 87% dos crimes foram classificados como crimes contra a propriedade (incluindo roubo acima de \$50 000,

roubo de automóveis, assaltos, etc.). Dos restantes «crimes contra pessoas», metade foram roubos, os quais, embora envolvendo confrontos pessoais, foram também de base económica. Portanto, 93% foram crimes que resultaram em ganhos económicos. O asfeitos pela Comissão Presidencial para o Reforço da Lei (1967) sugeriram que os crimes da «classe de colarinho branco», tais como fraude, desvios, fuga de impostos, falsificações, etc., somam \$1,73 biliões, enquanto os crimes dos pobres — roubo, assalto, roubo de automóveis, etc. — somam pouco mais de um terço da primeira quantia (ou \$608 milhões). Tanto os pobres como os ricos cometem actos ilegais para obterem ganhos económicos. A nossa sociedade está altamente estratificada, e a qualquer nível há uma luta através de esforços individualistas competitivos (legais ou ilegais) para elevar o estatuto e a felicidade da pessoa. O estatuto é definido pela riqueza e pelos níveis de consumo. O sistema competitivo elogia aqueles que compram, mesmo que seja à custa dos outros.

Há diferenças na privação e no acesso, que explicam as diferenças de classe no crime. Os pobres e os desempregados não têm oportunidade para fugir aos impostos, ou para desviarem fundos. O seu nível de necessidades básicas força-os aos crimes mais perigosos porque mais acessíveis, os crimes da rua, que são públicos, e portanto conduzem mais frequentemente à prisão. Os mais privilegiados não precisam de se envolver em assaltos. Os seus crimes são mais seguros e podem realizar-se em privado, nos seus bares ou escritórios. De facto a sua atitude pública é provavelmente a de defender a verdade e a virtude. Usando um pensamento de Kurt Vonnegut, pode-se estabelecer uma reputação para um indivíduo honesto que será tanto melhor acreditado quando mentir.

A riqueza económica, a natureza da privação, e a oportunidade de resposta explicam apenas uma parte do padrão do crime. A própria justiça criminal está formulada para impedir o crime, e como tal envolve contingências de evitação. Embora este objectivo de impedir não faça com que os crimes deixem de ocorrer, tem contudo um papel importante na modelação da natureza e da magnitude do crime. O acto que ocorre, dado a oportunidade, depende da probabilidade e provável magnitude da punição. Portanto, os

crimes de rua ocorrem em zonas mais seguras, as quais, ironicamente, têm também tendência para se encontrarem entre as mais pobres. O reforço da lei é maior nos bairros mais ricos, e o ladrão, negro e pobre, mais fácil de notar. Semelhantemente, o indivíduo que usa a fuga do fisco evita deduções enormes que impliquem inquéritos, e todos nós já fomos vítimas de pequenas fraudes que deixam o consumidor indefeso, porque o custo para recuperar a perda é maior do que a própria perda.

## O ANALISTA DO COMPORTAMENTO

Porque é que os analistas do comportamento não focam as contingências de manutenção no comportamento do criminoso ou do bêbado? Certamente que o nosso comportamento também é o resultado de contingências naturais. Eis portanto a minha terceira vítima — nós próprios e os nossos colegas académicos. Estamos suficientemente bem colocados nas hierarquias estratificadas de controlo, para ser especialmente importante que olhemos para as fontes do controlo e das contingências criadas para moldarem o nosso comportamento. Ao longo da última década, o cientista social William Domhoff tem conduzido investigações que nos têm dado um certo número de pistas. Irei apresentar um esboço amplo das suas conclusões e encorajar-vos a ler os seus livros, devido à sua impressionante colecção de dados confirmativos. Domhoff (1967) definiu operacionalmente o que é pertencer a uma classe socialmente alta (a qual engloba menos de metade de 1% da população). Encontra provas, examinando a origem social daqueles que tomam as decisões no mundo da política, da alta finança e do governo, de que esta classe socialmente dominante é hereditária e é também a classe governante. Os elementos da classe socialmente dominante, conjuntamente com alguns amigos de escola e com sócios do mesmo «clubes», detêm as principais posições do executivo nas suas corporações importantes, governando primeiro através do controlo directo das grandes empresas tanto pelo facto de as possuírem (têm 75% das acções), como também através da representação directa em números significativos nos directórios doutras empresas. Estes directórios estão, extensivamente, interligados com algumas pessoas possuindo lugares em várias empresas. Além do mais, a classe dominante controla as principais fundações, as quais são tão importantes na definição dos problemas públicos e da política para a sua resolução. É evidente que estas fundações são elas próprias produtos dos ricos e servem como colchões sob os quais estes escondem o seu dinheiro. As universidades que nos contratam são semelhantemente dominadas pela classe dominante, através de contribuições indi-

viduais e de empresas e através da sua pesada representação nas comissões directivas das universidades. Os meios de comunicação, tais como a televisão, as revistas de grande tiragem, os principais jornais, são quase todos exclusivamente propriedade de elementos da classe dominante e para além disso influenciados pelos desejos dos seus principais utentes da publicidade que são (é necessário dizê-lo?) as empresas mais poderosas. O ramo executivo do governo federal é também controlado por esta elite do poder. O nominado presidencial de qualquer dos partidos tem que, até à altura da convenção, ter sob o seu comando suficientes fundos de campanha para garantir a nomeação. Confio que acontecimentos recentes tivessem tornado claro donde é que estes fundos vêm. Depois da eleição os ricos são amplamente recompensados com posições no gabinete e papéis especiais de conselheiro. Uma grande parte da política adoptada pelo ramo executivo não é elaborada de modo algum dentro do governo, mas por grupos e comissões especiais que são dominados pela classe dominante. Por exemplo, o Conselho dos Negócios Estrangeiros tem sido o formulador importante da política estrangeira (Domhoff, 1970).

São destas sublimes alturas que os objectivos da nossa sociedade são formulados, que os objectivos e os valores são postos em conformidade com a perspectiva da classe dominante que, deixem-me apressar a dizer-vos, são governantes benévolos. Mas, e no que diz respeito ao nosso reforço ao atingir estes objectivos designados? De um modo geral, o nosso destino na vida é bom. Somos muitíssimo bem pagos, em relação àqueles cujo comportamento é o nosso alvo de mudança. Uma vez dentro do sistema, temos um alto grau de segurança e podemos atravessar sem qualquer queixa períodos durante os quais os jornais dizem haver 10% de desemprego. Temos um grande prestígio e facilmente poderíamos acreditar que assim o merecemos devido à nossa inteligência superior, ao nosso mérito e motivação e aos direitos obtidos durante o sofrimento dos exames escritos e orais, defesa de teses, etc. É uma tentação até mesmo para o comportamentalista ignorar a sua ciência e aceitar causas internas que elogiam a vítima.

Embrulhados na nossa segurança e benefícios — hipotecas com juros baixos para comprar a casa, seguros favoráveis, benefícios para a educação dos filhos, pensões na reforma — levamos uma vida livre de preocupações enquanto conseguimos evitar não a perder. Tecnicamente, o comportamentalista reconhecerá esta contingência como um programa de evitação, mas contrário aos programas de terapia aversiva esta é evitação da retirada do reforço positivo. Se por vezes nos sentirmos incomodados por este regime de controlo, sem dúvida que apreciaria-

mos o verso de uma canção cantada por Janis Joplin: «Liberdade é somente outra palavra para quando não há mais a perder.»

Mas até conseguirmos evitar perder o nosso sistema de reforço, trepamos um conjunto, inteligentemente disposto, de postos de trabalho universitário, desde assistente até professor. Os vários processos de ascendência tendem a reforçar a ortodoxia — política, profissional e social. Os nossos jovens colegas não devem temer, uma vez que, se conseguirem provar durante seis anos que a sua liberdade académica não precisa de defesa, ser-lhes-á garantida a posse de terreno para construir a sua liberdade académica.

Mas os nossos jovens colegas cheios de aspirações também têm que publicar artigos, e nós também. A nossa actuação habitual é como se acreditássemos que uma linha produtiva de investigação necessita de fundos. Para obter estes fundos dirigimo-nos a organizações que definem problemas que desejam ver resolvidos. Já vimos que a fonte principal de fundos está dominada por uma pequena classe dominante. Os problemas são então definidos e a política determinada por aqueles que mais beneficiam dos nossos sistemas económico, social e político actuais.

O mito das causas internas é fomentado devido ao reforço dado à elite e devido ao papel deste mito na manutenção do sistema actual. Aqueles que estão altamente situados na hierarquia do poder são considerados como tendo subido até lá através de grande mérito pessoal. Os ricos são livres para utilizarem os seus recursos internos, a sua vontade, a sua determinação, a sua motivação, a sua inteligência, para alcançarem o seu alto nível. As causas internas servem como justificação para aqueles que lucram da desigualdade.

Há um conjunto especial de causas internas reservado para os pobres. Diz-se que eles são preguiçosos, não têm ambição nem talentos. Aqueles que mais obtêm do sistema social talvez sintam como uma punição verem a sua própria boa sorte como o resultado de um sistema que explora aqueles em baixo e que cria a pobreza e a infelicidade. Se assim é, afirmações verbais que atribuem a posição de cada um na sociedade a características pessoais, ou inatas ou resultantes de uma subcultura «desfavorecida» serão reforçadas.

É especialmente importante para aqueles que estão no topo convencerem aqueles em baixo que a sua infelicidade é causada por si próprios. Assim Time e Atlantic Monthly tornam instantaneamente famosa a última versão de Darwinismo Social, até mesmo quando estas opiniões são consideradas erróneas por muitos cientistas. Tristemente, até mesmo aqueles que vendem os seus talentos como modificadores do comportamento aceitam as definições que culpabilizam a vítima e onde as políticas de distribuição de fundos se baseiam e tentam tratar, não os ambientes, mas a

natureza interna dos indivíduos. Embora os modificadores do comportamento tenham obrigação de proceder de outra maneira, tratam frequentemente os presos como se estes fossem «inadaptados» e pudessem ser «arranjados» dentro de um sistema de modificação do comportamento, devolvidos ao sistema de reforço de onde vieram parar à prisão, e esperam que de alguma maneira as contingências que moldaram o comportamento criminoso deixem agora de o controlar.

## ANALISAR O SISTEMA, E NÃO A VÍTIMA

Mas evidentemente que os comportamentalistas (e os reformistas radicais) sabem que o crédito ou a culpa é do sistema. Nos laboratórios do condicionamento operante, o comportamento de organismos individuais é moldado de maneiras precisas e reproduzíveis, usando contingências de reforço, e evitação, ou punição, simples ou complexas. Quando o aparelho é alterado de um programa para outro, o comportamento muda de um padrão estável, atravessa uma fase transitória, e atinge um padrão novo e apropriado ao novo conjunto de contingências. O equipamento automático controla estas experiências e define as contingências controladoras. Para o pombo, as contingências programadas pelo equipamento são o seu sistema social, e o pombo comporta-se apropriadamente a este sistema. As nossas contingências são em grande parte programadas nas nossas instituições sociais e são estes sistemas de contingências que determinam o nosso comportamento. Se as pessoas de uma sociedade são infelizes, se são pobres, se sofrem privações, então são as contingências incorporadas nas instituições, no sistema económico, e no governo, que têm que mudar. É necessário haver alteração das contingências para alterar o comportamento. Se a igualdade social for um objectivo, então todas as formas institucionais que mantêm a estratificação devem ser substituídas por formas que garantam a igualdade do poder e a igualdade de estatuto. Para a exploração acabar, têm de ser desenvolvidas formas institucionais que garantam a colaboração. Assim, a análise experimental dá uma base teórica que apoia o reformador que se põe a caminho para mudar sistemas.

A análise do comportamento dá também alguma base para o optimismo. Uma análise das contingências mostra falhas inerentes num sistema de controlo estratificado que com o tempo devem levar à sua mudança, e uma maior compreensão do comportamentalismo deve acelerar estes processos. O Comportamentalismo fará parte da solução.

Embora indo ao encontro dos objectivos do sistema estratificado, os nossos programas de mudança

do comportamento seguem também a forma das relações do poder, características da nossa sociedade (Holland, 1975). Assim, ironicamente, ao mesmo tempo que servimos o poder, os nossos sistemas de modificação do comportamento estão a começar a dar vantagem ao reformador social. A modificação do comportamento modela o processo normal do controlo social e torna este processo mais explícito e mais claro. As contingências de reforço são claramente expostas. Os objectivos são soletrados. A responsabilidade pela distribuição dos reforços torna-se explícita. Como um modelo da sociedade mãe, dá-nos a oportunidade para uma análise comportamental do controlo dentro dessa sociedade.

Há vários problemas intrínsecos a um sistema de controlo estratificado. Primeiro, quando os interesses do controlador e do controlado são diferentes, os controladores deviam encontrar dificuldades excessivas na elaboração de qualquer sistema contingente de controlo; terão enormes dificuldades numa elaboração tão perfeita que impeça que o controlado não encontre caminhos alternativos para o seu acesso ao reforço; caminhos esses que são subversivos aos objectivos do controlador. Para um preso, o êxito como programa de modificação do comportamento pode significar liberdade sob fiança. O preso pode falsificar mudanças de atitude para obter os seus tokens. Os presos chamam a isto fingir, e instruções escritas para estes fins circulam nas redes de comunicação clandestinas em algumas prisões. Outros presos resistem à modificação do comportamento, contratando advogados e lutando contra ela nos tribunais; outros recusam-se a aceitar reforços até mesmo quando isto significa sair da solidão.

Com a estratificação do poder entre o controlador e o controlado, para este último há uma base reforçante para a sua luta e resistência. Quando os objectivos são definidos em cima para adaptarem os subjulgados a códigos impostos também de cima, há uma clara base comportamental para o contracontrolo. Não é para o seu próprio interesse que o preso se deixa moldar em obediência para com a autoridade; tem havido, e continua a haver, razões válidas para a sua resistência à autoridade. As autoridades têm repetitivamente explorado os presos, dando privilégios e riquezas àqueles com autoridade sobre eles. Os presos podem obter muito mais reforço elaborando alternativas não programadas do que através de contingências cuidadosamente programadas que levam a pequenos reforços.

Segundo, é extremamente difícil construir sistemas de exploração usando apenas o reforço positivo. Para a riqueza se acumular no topo, é necessário que seja parcamente distribuída entre os controlados que estão

em baixo. Quando um programa de modificação de comportamento parece internamente positivo, normalmente a coacção ou a restrição são necessárias nos seus limites para manter o controlado dentro do sistema. Numa prisão, a economia token continua a exigir as paredes da prisão e os guardas armados para impedir que os presos saiam antes de «graduarem» do programa. Num programa de economia token no treino básico do exército (Datel e Legters, Note 1) é improvável que o recruta trabalhasse diligentemente na obtenção de pontos para a sua autorização de saída no fim-de-semana, se não fossem as bem conhecidas consequências aversivas da deserção.

Semelhantemente, o uso eficaz do reforço mínimo exige um estado prévio de privação. Os trabalhadores pobres podem ser obrigados a trabalhar com um ganho limitado, se a sua pobreza for mantida. Não é provável que fosse possível manter pessoas com fome, num país rico, sem forças armadas e um sistema prisional. E realmente, na economia token da prisão, o preso começa na «solitária», um estado extremo de privação, e trabalha para ganhar reforço positivo na forma de pontos. Um sistema de modificação de comportamento pode por si próprio usar apenas reforço positivo, mas para que o estrato mais alto mantenha a maior fatia da riqueza e dos privilégios, têm que ser usadas restrições e coacção para manter o controlado dentro das regras do sistema.

O controlo aversivo gera contracontrolo; embora a cenoura e o chicote possam gerar menos contracontrolo do que o chicote sozinho, com o tempo as condições aversivas necessárias para manterem o controlado em contacto com o sistema de reforço limitado devem gerar contracontrolo. A riqueza e o poder desiguais requerem a protecção das forças coercivas. Isto gera contracontrolo, luta de classes, e a eventual substituição do sistema. Está aqui uma base para a selecção natural das práticas culturais que poderiam favorecer um sistema igualitário.

## O COMPORTAMENTALISMO E UMA SOCIEDADE FUTURA

Como é que a nossa ciência, o Comportamentalismo, e a sua aplicação se movem para o avanço da solução? Parece que necessitamos de caminhar para as formas colectivas — formas baseadas na cooperação, formas que maximizem o reforço resultante de ajudar os outros, em lugar do reforço à custa dos outros. Esforços interessantes na elaboração deste tipo de trabalho baseiam-se naquilo a que chamo o modelo «Frazier». O modelo Frazier baseia-se no Walden II (Skinner, 1948), em si um exemplo extremamente interessante da comunidade comportamental que me parece prática, igualitária e socialmente radi-

*cal. Veio a existir porque Frazier o criou benevolmente e ele próprio estava um tanto ou quanto longe das contingências específicas de Walden II. Há numerosas tentativas reais para a formação de sociedades comportamentais igualitárias na forma de comunas, particularmente Twin Daks na Virgínia (Kindade, 1973) e uma outra profundamente impressionante onde Keith Miller (1976), da Universidade de Kansas, toma o papel de Frazier, num projecto de habitação comunal dos estudantes. Os esforços de Miller são impressionantes porque estão completos com o recolhimento de dados, especificação de descrições de trabalhos e processos que se evoluíram do projecto. Eu próprio já me pus a fazer de Frazier num curso, para estudantes universitários, sobre o controlo comportamental na sociedade. A classe forma-se em colectividades de 10 a 15 estudantes. Os elementos de cada colectividade trabalham juntos e preparam-se uns aos outros comportamentalmente, na análise de sistemas sociais para um projecto colectivo. São examinados individualmente, mas a nota atribuída é a média de todos os indivíduos numa colectividade. Deixei simplesmente de dar notas individuais e competitivas e os resultados são muito entusiasmadores. Também já têm sido feitas tentativas dentro de instituições totais. Fairweather (1964) fez experiências com sistemas de reforço grupal, numa enfermaria de um hospital psiquiátrico. Neste caso, os doentes participam na definição do comportamento critério e na avaliação da sua execução, tanto no seu próprio caso como no dos outros. Um grupo no Estado de Mendocino, na Califórnia (Rozynko, Swift, Swift e Boggs, 1973) criou comunidades de alcoólicos hospitalizados que trabalham em conjunto na análise comportamental dos seus próprios problemas. Todos estes exemplos estão limitados em dois aspectos importantes: existem dentro de ambientes especiais e isolados e têm dentro de si a contradição de um Frazier — um desenhador de elite.*

*Aquilo de que hoje precisamos é uma análise vigorosa e extensiva das condições controladoras da sociedade. Quais são as contingências no local de trabalho? Quais são os vários meios através dos quais as pessoas são mantidas segmentadas e compartimentalizadas? Agora, devido a tudo o que disse, deve ser claro que não podemos esperar financiamento para este tipo de investigação. A promoção até mesmo dentro do mundo académico será difícil, uma vez que para fazer parte da solução a audiência às nossas descobertas tem que incluir outras pessoas para além dos académicos. Não me é possível esperar que o terceiro no meu trio de vítimas, o analista do comportamento, fique subitamente longe de controlo e seja dirigido para este trabalho de culpabilizar o sistema. Mas é possível que à frente haja ajuda ines-*

*perada. Devido à ofensiva dos liberais contra a modificação do comportamento, é possível que o establishment nos atire simplesmente para a rua. O reformista liberal terá alcançado uma grande vitória, e a elite dominante irá rir-se enquanto toma os seus cocktails nos seus clubes, porque sabe que o controlo do comportamento irá continuar da mesma forma. Então, com a nossa liberdade, sem nada para perder, talvez os analistas se encaminhem para as soluções.*

*As nossas velhas práticas, úteis quando adoptamos a culpabilização da vítima e o elogio da vítima, têm que ser modificadas. Alguma metodologia nova será necessária. Sugiro que precisamos de trabalhar com pessoas em todas as nossas instituições, para analisar as contingências que as oprimem. Nós trazemos para esta tarefa um certo conhecimento especializado e aptidões na utilização de dados; as outras pessoas trazem experiência especializada e directa dessas contingências do dia-a-dia. São também audiência assistente para os resultados da análise; nós e eles, como colaboradores, podemos elaborar soluções experimentais para os problemas da sociedade.*

*Há um precedente para o esforço de ouvir cuidadosamente aquilo que as pessoas dizem e analisar as contingências controladoras deste comportamento. O comportamento Verbal de Skinner (Skinner, 1957), é um trabalho rico em exemplos deste tipo. Há muito que é um axioma do laboratório que o organismo é que sabe. Devemos adoptar isto com uma nova sociedade. A pessoa é um espelho das contingências das suas respostas. O comportamento é adaptativo. Tem uma integridade profunda com as contingências que o controlam. O comportamentalista deve ouvir cuidadosamente como parceiro e colega na reforma social. O nosso papel no processo de mudança será como um catalista — para assistir na formulação das soluções.*

*Não posso acentuar demasiado a importância de compreender sempre a natureza adaptativa do comportamento, uma vez que aqueles que tradicionalmente definem os problemas consideram tantos comportamentos como inadaptados. Ficamos normalmente maravilhados com as formas biológicas intrínsecas que evoluem através da selecção natural. Estas variações espantosas reflectem gerações de condições ambientais a mudarem constantemente. De um modo semelhante, o comportamento de uma pessoa reflecte as contingências das respostas. Deveríamos ter tanto respeito e admiração por estas adaptações como temos pelas adaptações evolucionárias. Qual será a direcção que esta exploração colectiva das contingências controladoras poderá tomar? Compreendo que seria presunçoso arriscar adivinhar antes de uma série de experiências necessárias. Contudo, acho provável que a análise das contingências controladoras venha a re-*

velar contradições profundas no nosso sistema estratificado, e que irá revelar também problemas graves na nossa ideologia individualista e na nossa mecanização dos ganhos pessoais. Penso que esta análise irá levar-nos naturalmente para uma comunidade de igualdade, sendo os seus princípios orientadores o serviço dos outros e a responsabilidade pelos outros. Uma das razões para a minha expectativa é que é possível um controlo de comportamento superior numa comunidade de semelhantes. Quando os actos do dia-a-dia de cada indivíduo são avaliados comunalmente em termos do critério «servir os outros», pequenos princípios de elitismo ou ganho pessoal à custa dos outros podem ser imediatamente avaliados. No caso de elementos do grupo terem comportamento elitista, tais como conseguir vantagens individuais especiais à custa dos outros, o grupo criticaria esse comportamento. Os mais pequenos indícios de semelhante «doença social» seriam tratados dentro do grupo. Contrário àquilo que se passa na sociedade de hoje, os comportamentos que podem levar uma pessoa a ter problemas não passariam pelo processo de moldagem natural, no qual pequenos exemplos de comportamentos inaceitáveis são reforçados e deixados crescer até que subitamente o indivíduo está metido em problemas com o sistema legal. A monitorização das contingências em grupos de pessoas semelhantes pode ser precisa e pormenorizada. Um grupo de indivíduos semelhantes que trabalham e vivem juntos e discutem o significado do seu trabalho e da sua vida em conjunto, conseguem detectar o mínimo progresso para o preenchimento de um objectivo, o sinal mais precoce de um pensamento incorrecto e poderão dar retroalimentação apropriada rapidamente. Não há qualquer necessidade de uma elite separada e distante com tarefa de avaliar a execução dos outros. Os indivíduos avaliam o movimento de cada um para os objectivos que compartilham. Porque os objectivos são compartilhados, pouco há para ganhar na mentira ou na subversão deliberada. Devido à intimidade entre os elementos do grupo as subtilezas mais finas podem ser analisadas numa perspectiva de reforço positivo ou negativo. Além do mais, a aprovação do semelhante é provavelmente muito mais poderosa do que os tokens dados por uma elite desafectada.

Em resumo, as verdades fundamentais deduzidas de um trabalho laboratorial empírico e de uma ciência politicamente neutra tem proposto bases para esta análise dos sistemas sociais. Tentei mostrar que num sistema estratificado existem contingências inerentes para a luta dos oprimidos. O hábito sistemático de culpabilizar a vítima e de afirmar que as causas internas têm uma base comportamental, na medida em que isto reforça o status quo; isto ainda acontece não obstante as ciências do comportamento te-

rem mostrado que as causas internas são insatisfatórias nas explicações do comportamento. Uma disseminação mais vasta dos métodos para analisar as contingências do controlo pode levar a uma aceleração da criação de uma sociedade não opressiva e ao desaparecimento dos problemas sociais pelos quais as suas vítimas são tão frequentemente acusadas.

## REFERÊNCIAS

- COHEN, M., LIEBSON, I. A., e FAILLACE, L. A. (1970) — «The modification of drinking in chronic alcoholics», in N. K. Mello and J. H. Mendelson (Eds), *Recent advances in studies of alcoholism*, Rockville, Maryland: National Institute of Mental Health, pp. 745-766.
- DOLESCHAL, E., e KLAPMUTS, N. (1973) — «Toward a new criminology». *Crime and Delinquency Literature*, 5: 607-626.
- DOMHOFF, G. W. (1967) — *Who rules America?* Prentice-Hall, Englewood Cliffs.
- DOMHOFF, G. W. (1970) — *The higher circles: the governing class in America*, Random House, New York.
- FAIRWEATHER, G. W. (Ed.) (1964) — *Social psychology in treating mental illness: An experimental approach*, John Wiley & Sons, New York.
- FBI (1970) — *Uniform Crime Reports*.
- GALLANT, D. M. (1970) — «Evaluation of compulsory treatment of the alcoholic municipal court offender», in N. K. Mello and J. H. Mendelson (Eds), *Recent advances in studies of alcoholism*, Rockville, Maryland: National Institute of Mental Health, pp. 730-744.
- HOLLAND, J. G. (1975) — «Behavior modification for prisoners, patients, and other people as a prescription for the planned society», *Mexican Journal of Behavior Analysis*, 1: 81-95.
- KINKADE, K. (1973) — *A Walden Two experiment*. William Morrow, New York.
- MARTINSON, R. (1974) — «What works? Questions and answers about prison reform», *The Public Interest*, 35.
- MILLER, L. K. (1976) — «The design of better communities through the application of behavioral principles», in W. E. Craighead, A. E. Kazdin, and M. J. Mahoney (Eds), *Behavior modification: principles issues, and application*, Houghton Mifflin, Boston, pp. 68-101.
- MILLER, P. M. e BARLOW, D. H. (1973) — «Behavioral approaches to the treatment of alcoholism», *Journal of Nervous and Mental Disease*, 157: 10-20.
- PRESIDENT'S COMMISSION ON LOW ENFORCEMENT (1965) — U. S. Government Printing Office, Washington, D. C.
- ROZYNKO, V. SWIFT, K. SWIFT, J., e BOGGS, L. J. (1973) — «Controlled environments for social change», in H. Wheeler (Ed), *Beyond the punitive society*, W. H. Freeman and Company, San Francisco, pp. 71-100.
- RYAN, B. F. (1971) — *Blaming the victim*, Vintage Books, New York.
- SKINNER, B. F. (1957) — *Verbal behavior*, Appleton-Century-Crofts, New York.
- SKINNER, B. F. (1948) — *Walden Two*, Macmillan, New York.